

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 30 de Setembro.

III TRIMESTRE DE 2022



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

www.financas.gov.st

Março de 2023

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 30 de Setembro de 2022.

Disponível *on-line* em: www.financas.gov.st



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento
Direcção do Tesouro
Direcção dos Impostos
Direcção das Alfandegas

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas	i
Índice de Gráficos	i
Lista de Siglas e Acrónimos.....	i
Apresentação.....	2
Apreciação Global.....	3
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL	6
I.1. Execução das Receitas Totais	6
i.1.1. Receitas Efectivas	6
I.1.2. Receitas Correntes.....	7
I.1.2.1. Receitas Fiscais	8
I.1.2.2. Receitas não Fiscais	15
I.1.3. Donativos	17
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS	18
I.1.1. Despesas Efectivas.....	18
I.1.2. Despesas Primárias	19
I.1.3. Despesas de Funcionamento.....	19
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	22
I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	24
I.1.6. Principais Saldos Orçamentais.....	26
I.1.7. Financiamento do Défice Global	27
I.1.7.2. Financiamento Externo.....	28
PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	29
II.1. Análise da Execução Orçamental.....	29
II.1.1. Por Classificação Orgânica	29
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	32
II.1.3. Por Localização Geográfica	34
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	36
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	38
II.2. Alterações Orçamentais	40
II.2.1. Por Classificação Orgânica	40
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	43
II.2.3. Por Localização Geográfica	46
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	48
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	49

Índice de Tabelas

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Setembro de 2022 - Programa de combate a Covid-19.....	5
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas.....	7
Tabela 3: Detalhe do IRS.....	9
Tabela 4: Detalhe do IRC.....	10
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património.....	11
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo.....	12
Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo.....	13
Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo.....	14
Tabela 9: Detalhe das Taxas.....	14
Tabela 10: Despesas Totais Executadas – De Janeiro a Setembro de 2022.....	19
Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Setembro de 2022.....	25
Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Setembro de 2022.....	26
Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global.....	27
Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica.....	30
Tabela 15: Execução por Classificação Funcional.....	33
Tabela 16: Execução por Localização Geográfica.....	35
Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos.....	37
Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas.....	39
Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica.....	41
Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional.....	45
Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica.....	47
Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos.....	49
Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas.....	50

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas.....	6
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas.....	8
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas.....	9
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais.....	15
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais.....	18
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento.....	20
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	23

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

Apresentação

Na observância da norma legal estabelecida através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 18.º da Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2022), elabora-se o presente relatório de execução orçamental de receitas, despesas e financiamento, referente ao período compreendido de Janeiro a Setembro de 2022. Neste contexto, procedeu-se a análise dos valores executados das receitas e despesas, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com o executado no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso que aqui se refere, corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga, face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas correntes de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia de despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 17.º da Lei 2/2022, de 19 de Janeiro, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

Para o efeito de análise, a execução orçamental do período compreendido de Janeiro a Setembro do ano 2022, tomou-se como base o cumprimento da Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2022), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamentos previstos para o período em análise, como consta no presente relatório. Em abordagem as informações de execução orçamental de Janeiro a Setembro de 2022, constata-se que até Setembro do corrente ano, obteve-se um défice primário, na ordem de 2,3% do PIB. É importante salientar que a meta do deficit primário projectado pelo FMI para o ano em curso é de (2,8% do PIB).

O défice primário obtido na ordem de 2,3% do PIB projectado para o ano foi financiado pela componente interna e externa. Pela componente interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no valor de 59.170 milhares de Dobras e pelo adiamento líquido do Banco Central ao Governo, no valor de 388.323 milhares de Dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelo remanescente do apoio orçamental do BM (Banco Mundial), cuja entrada registou-se nos finais de Dezembro de 2021, no montante de 257.382 milhares de Dobras, e o desembolso do FMI, no quadro da iniciativa de crédito alargado, no valor de 121.886 milhares de Dobras.

Para as receitas efectivas verifica-se um grau de realização de 56,2%, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 71,7% e 39,5% respectivamente do estimado para o ano. As receitas não fiscais tiveram um nível de realização de 89,3% em relação ao programado para o ano, registando-se desta forma um acréscimo de 27,8% em relação ao período homólogo de 2021, correspondendo a 2,2% do PIB programado para o ano. Salienta-se, pois, que a performance registada deve-se a contribuição da sua componente Receita Patrimonial, concretamente Rendimentos de participações, rendimentos de recursos naturais e outras receitas patrimoniais, que registaram-se níveis de execução de 79,2%, 85,7% e 259,9%, respectivamente, dos valores programados para o ano.

É também notável o bom desempenho das receitas de serviços que atingiu um nível de arrecadação de 84,8% do programado para o ano e um acréscimo de 22,1% face ao igual período do ano transacto. Em relação aos donativos, observa-se que os mesmos atigiram 39,5% do previsto para o ano e um acréscimo de 261,0% em relação ao período homólogo de 2021. O acréscimo verificado deve-se a incorporação dos valores do Banco Mundial, sobre a gestão do AFAP, sobretudo no quadro do projecto Emergente de resposta a Covid 19, no valor de 467.364 milhares de Dobras, apesar de não se ter registado qualquer entrada até o final do período em análise dos donativos provenientes do apoio orçamental da União Europeia e do BM.

Pelo apresentado acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as despesas primárias, de modo que se mantivesse dentro do padrão da meta do défice primário acordado com o FMI. Entretanto, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 73,0% do programado para o ano. Relativamente ao período homólogo do ano transacto, estas despesas conheceram um acréscimo de 10,3%.

No quadro da evolução epidemiológica da pandemia de Covid-19 ao nível nacional, continuou-se a realizar despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate e prevenção da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). É importante recordar que este programa teve o seu suporte através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, que declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março de 2020. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, do qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia da Covid-19; durante o período de contingência. Para a materialização destas medidas foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs. 07 e 08/2020, ambos de 07 de Maio do mesmo ano. O Decreto-Lei n.º. 7/2020, define as medidas restritivas no âmbito da prevenção e combate a Covid-19 e, o Decreto-Lei n.º.8/2020 cria o Fundo de Resiliência, cujo objectivo exclusivo é financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos da Covid-19.

Referindo-se ainda a pandemia da Covid-19, o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades com a realização de diversas despesas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos, desinfetantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a Covid-19, visando assegurar as condições sanitárias da população.

No primeiro trimestre do ano 2021, o país beneficiou de 24 mil doses de vacina contra Covid-19, através do consórcio COVAX, e parceria entre CEPI, GAVI, UNICEF e OMS. Esta doação correspondeu a um primeiro lote de 96 mil doses de vacinas da ASTRAZENECA, que foram administradas no país a partir de 15 de Março de 2021, constituindo assim um marco importantíssimo no combate e prevenção da Covid-19. Durante o período compreendido de Janeiro a Setembro de 2022, as despesas no âmbito do programa de prevenção e combate a Covid-19 totalizaram 24.999 milhares de Dobras, sendo que, deste total, cerca de 22.530 milhares de Dobras foram financiadas com recursos próprios do Tesouro, através da CUT e 2.469 milhares de Dobras foram financiadas pela conta Bancária PCR sediada no BISTP, sobre a tutela do Ministério da Saúde. É importante salientar que estas despesas foram efectuadas por distintos organismos do Estado e, de forma resumida é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Setembro de 2022 - Programa de combate a Covid-19

(Valores em milhares de Dobras)

Ministérios/Instituições	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL	Estrut. (%)
Saúde	0,0	1 191,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 191,0	4,8%
Saúde (Conta PCR)	0,0	0,0	1 234,5	0,0	0,0	1 234,5	0,0	0,0	0,0	2 469,0	9,9%
Defesa e Ordem Interna	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Gabinete do Primeiro Ministro	0,0	212,2	0,0	0,0	1 220,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1 432,4	5,7%
Planeamento, Finanças e Economi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Trabalho Solid.Família e Form. Pr	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Negócios Estrangeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Encargos Gerais do Estado	0,0	0,0	9 010,9	0,0	0,0	9 010,9	405,7	0,0	1 479,4	19 907,0	79,6%
Organismos Autónomos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	0,0	1 403,2	10 245,4	0,0	1 220,2	10 245,4	405,7	0,0	1 479,4	24 999,4	100,0%

Fonte: Direcção do Tesouro – MPFEA

Por outro lado, no quadro do programa PERCOVID19 – Projecto Emergente de resposta a Covid19 Financiado pelo Banco Mundial (BM), sobre gestão directa do AFAP – Agência Fiduciária de Administração de Projectos, no periodo compreendido de Janeiro a Março do ano em análise foi desembolsado o valor de USD 1.953.574,65 (Um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e quatro dolares e sessenta e cinco cêntimos. Deste montante foram utilizados na realização das despesas, no âmbito do respectivo projecto, um total de USD 1.885.269,56 (Um milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove dolares e cinquenta e seis cêntimos), dos quais foram aplicados na realização de diversas despesas, sendo:

- Aquisição de bens: USD 95.116,61, - Obras: USD 114.230,49; - Serviços de Consultoria e Auditoria: USD 822.316,19; - Formação: USD 4.710,66, - Custos Operacionais: USD 11.670,30; outros custos com materiais de proteção: USD – 165.698,78 e programa de Vacinação: USD 671.526,52. Entretanto, as informações mais detalhadas sobre as despesas efectuadas no âmbito do Programa de Prevenção e Combate a Covid-19, podem ser consultadas nos Relatórios da Covid-19, produzidos pela Direcção do Tesouro e que se encontram publicados no site do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Entretanto, A partir do exercicio economico 2019 vem sendo incorporado na Tabela de operações Financeiras do Estado “TOFE”, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e consequentemente realizam algumas despesas por conta das mesmas receitas, fora do SAFE electrónico de forma a se ter informacoes mais próximas da realidade no que concerne as receitas e despesas feitas pelo Estado, tendo em conta que se trata de organismos apenas com autonomia administrativa.

Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e consequentemente as despesas foram consideradas de despesas consignadas. Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Setembro do corrente ano ascenderam o valor de 146.324 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizaram o valor de 165.409 milhares de Dobras. De igual modo, para as despesas, no período compreendido de Janeiro a Setembro do ano em análise, executou-se o valor de 129.521 milhares de Dobras e, adicionando as despesas consignadas já existentes, totalizaram o valor de 169.666 milhares de Dobras.

Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

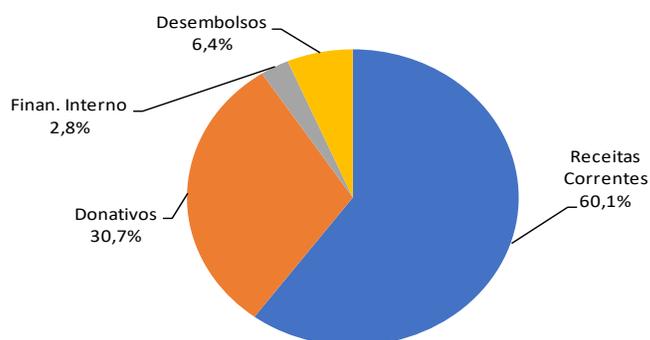
I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento), como externo (que correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do mês de Setembro do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 2.114.256 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 54,6% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga positiva de 17,0%, face ao executado no igual período do ano 2021 (1.806.654 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O baixo incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada de Donativos, mais concretamente dos donativos para o apoio orçamental. Em relação as receitas correntes tiveram um aumento comparativamente ao executado no ano de 2021 (6,6% acima), motivado pelo bom desempenho sobretudo das receitas fiscais, que se situou em 2,1% acima do realizado no igual período de 2021.

i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo soma das Receitas Correntes e dos Donativos. Até o final de Setembro de 2022, esta ascendeu a uma arrecadação de 1.919.128 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 56,2% do programado, e um acréscimo de 39,9%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2021. O moderado acréscimo observado, deveu-se a fraca entrada de Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que comparativamente ao ano de 2021, foi inexistente.

Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2020	OGE 2021	Jan - Set. 2021	OGE 2022	Jan - Set. 2022	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 667 120	3 335 311	1 371 828	3 415 000	1 919 128	56,2	39,9	15,7
Receitas correntes	1 595 757	1 710 358	1 192 210	1 772 000	1 270 761	71,7	6,6	10,4
Receitas corr. excl. petróleo	1 456 395	1 708 420	1 129 495	1 769 873	1 255 491	70,9	11,2	10,3
Receitas fiscais	1 345 722	1 436 154	986 202	1 477 000	1 007 382	68,2	2,1	8,2
Impostos directos	431 821	440 696	311 896	455 519	379 817	83,4	21,8	3,1
Impostos indirectos	909 933	995 084	672 912	1 019 829	627 149	61,5	-6,8	5,1
Imposto s/ Importação d/q	570 877	611 450	420 202	626 451	353 995	56,5	-15,8	2,9
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	108 368	108 295	56 393	25 000	761	3,0	-98,7	0,0
Imposto sobre Consumo	219 561	243 079	167 411	240 441	177 287	73,7	5,9	1,4
Imposto s/valor acrescentado (IVA)	0	21 791	0	23 919	0	0,0	...	0,0
Imposto de Selo	61 055	62 264	48 090	70 785	56 386	79,7	17,3	0,5
Taxas	46 669	52 233	36 321	58 231	37 952	65,2	4,5	0,3
Contribuição ao Fundo de Desempri	3 236	4 266	270	0	0	...	-100,0	0,0
Outras receitas fiscais	732	375	1 123	1 652	416	25,2	-62,9	0,0
Receitas não fiscais	250 036	274 204	206 008	295 000	263 379	89,3	27,8	2,2
Receitas patrimonial d/q	98 523	73 304	54 735	82 220	94 716	115,2	73,0	0,8
Rendimento de petróleo	30 994	1 938	6 322	2 127	14 509	682,1	129,5	0,1
Receitas de serviços	133 099	188 248	135 522	194 993	165 409	84,8	22,1	1,4
Outras receitas não fiscais	18 414	12 652	15 751	17 786	3 254	18,3	-79,3	0,0
Donativos	1 071 363	1 624 953	179 618	1 643 000	648 367	39,5	261,0	5,3
para financiamento do OGE	703 338	367 500	0	326 670	50 222	15,4	...	0,4
para Projectos	326 652	1 170 946	152 814	1 252 000	561 421	44,8	267,4	4,6
HIPC	41 373	86 507	26 803	64 330	36 724	57,1	37,0	0,3

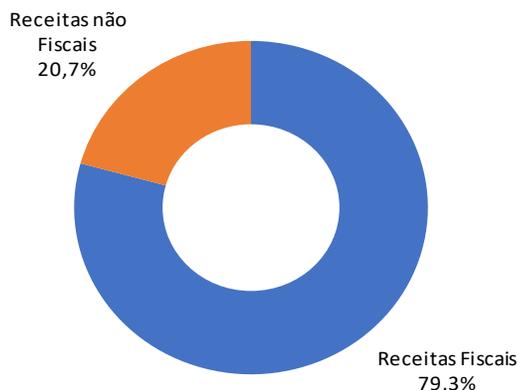
Fonte : DCP_MPFEA

I.1.2. Receitas Correntes

Fazem parte desta categoria, as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 71,7%, ascendendo aos 1.270.761 milhares de Dobras. Estas receitas tiveram um nível de arrecadação moderado quando comparado com o período homólogo do ano de 2021, verificando um acréscimo de 6,6%. Este nível de realização deveu-se sobretudo ao desempenho do IRS, IRC, imposto sobre o património, imposto sobre o consumo de serviços e o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, tendo este último atingido uma variação homóloga positiva de 3,2%.

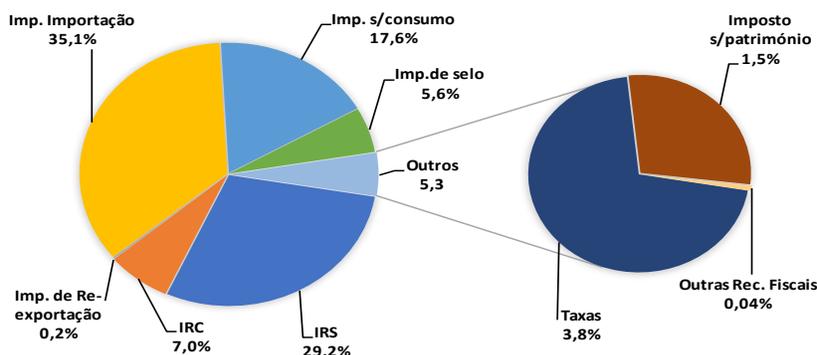
Salienta-se que o nível de execução observado nesta categoria de receita representa cerca de 10,4% do PIB estimado para o ano em análise. Se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes¹ ascendem a 1.255.491 milhares de Dobras, ficando a 70,9% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a um acréscimo de 11,2% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

1.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 79,3%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do terceiro trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 1.007.382 milhares de Dobras, cerca de 68,2% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um acréscimo de 2,1%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2021, e, cerca de 8,2% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo bom desempenho da componente, “impostos directos”, tendo este registado uma execução de 83,4%, face ao programado para o ano e uma variação homóloga positiva de 21,8% em relação ao ano precedente.

¹ Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 37,7% das receitas fiscais, tendo registado até final do terceiro trimestre um grau de execução de 83,4% do previsto, ascendendo aos 379.817 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 21,8% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução e a variação homóloga, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Tabela 3: Detalhe do IRS
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	358 125	246 279	375 339	293 860	78,3	19,3	100,0
do Trabalho por Conta de Outrem	307 308	208 574	317 354	252 130	79,4	20,9	85,8
do Trabalho por Conta Própria	36 028	28 734	44 335	34 045	76,8	18,5	11,6
de Capitais Individuais	14 789	8 972	13 651	7 685	56,3	-14,3	2,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receitas que representa uma das maiores componentes do agregado das receitas fiscais 29,2% (cf. Gráfico 3), e o maior agregado dos impostos directos, apresenta até final do terceiro trimestre uma arrecadação de 293.860 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 78,3% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 19,3% face ao arrecadado em igual período de 2021. O aumento da massa salarial durante o período em análise foi um dos factores que contribui para o acréscimo do IRS.

Por outro lado, o IRS da categoria A foi o imposto mais influente nesta categoria, tendo em conta que algumas empresas do ramo hoteleiro foram recuperadas, após a crise pandémica, e vêm pagando regularmente os seus impostos.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Tabela 4: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	69 248	53 715	64 899	70 585	108,8	31,4	100,0
Indústria Petrolífera	-	-	-	-	0,0
Imposto Industrial	65 755	45 462	54 928	61 498	112,0	35,3	87,1
de Capitais de Pessoas Jurídicas	3 493	8 253	9 971	9 088	91,1	10,1	12,9
do Transporte do Petróleo	-	-	-	-	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 70.585 milhares de Dobras, correspondendo a 108,8% do estimado para o ano e um acréscimo de 31,4%, face ao arrecadado no período homólogo de 2021, representando 7,0% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Durante o período em análise, houve pagamento deste imposto por parte de alguns dos grandes contribuintes. Esses pagamentos foram feitos no mês de Setembro, período que corresponde ao pagamento por conta, dos contribuintes que em 2021, não haviam efectuado.

- Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados no território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007,

de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	13 323	11 902	15 281	15 372	100,6	29,1	100,0
Predial Urbano	2 005	2 247	2 885	2 402	83,3	6,9	15,6
Sucessões e Doações	1 890	2 851	3 661	2 501	68,3	-12,3	16,3
Transações Imob. a Título Oneroso	5 378	2 213	2 841	6 228	219,2	181,4	40,5
Veículos Automóveis	4 050	4 590	5 893	4 240	71,9	-7,6	27,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Setembro de 2022, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 100,6% do programado, ascendendo aos 15.372 milhares de Dobras, um acréscimo de 29,1% em relação ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,5% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto sobre Transações Imobiliárias a Título Oneroso**, que conheceu uma execução de 219,0%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias. Por último, importa referir que quanto aos outros impostos: o **Imposto Predial Urbano**, **Imposto sobre Veículos Automóveis** e o **Imposto sobre Sucessões e Doações**, atingiram um nível de execução correspondente a 83,3%, 71,9%, e 68,3%, respectivamente do programado. O Imposto sobre Sucessões e Doações cujo o pagamento é aleatório, a sua variação é distinta do Imposto Predial Urbano e o Imposto sobre Veículos Automóveis em que a lógica de pagamento é sempre anual com grande relevância para os primeiros meses do ano. A falta de policiamento de trânsito também contribui para fraco desempenho do Imposto sobre Veículos Automóveis.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (62,2%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 627.149 milhares de Dobras, o que representa 61,5% do programado e um decréscimo de 6,8%, relativamente ao arrecadado no ano de 2021. O nível de execução alcançado assim como o acréscimo verificado comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja reduzido ou nulo. Entretanto no período compreendido de Janeiro a Setembro do ano de 2022, arrecadou-se nesta rubrica de receitas 1.529 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento de taxas e emolumentos de exportação de Azeite de Palma efectuada pela Empresa Agripalma ao exterior.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 35,1%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do terceiro trimestre de 2022, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 353.995 milhares de Dobras, corresponde a 56,5% do programado, e um decréscimo de 15,8% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	611 450	421 090	626 451	355 524	56,8	-15,6	100,0
Imposto s/Exportação (Reexportação)	-	888	-	1 529	...	72,1	0,4
Imposto sobre Importação	611 450	420 202	626 451	353 995	56,5	-15,8	99,6
Taxa	241 661	187 872	307 140	184 999	60,2	-1,5	52,0
Sobre-Taxa	263 494	175 936	294 311	168 235	57,2	-4,4	47,3
Sobre-taxa Especial derivado de prod.	106 295	56 393	25 000	761	3,0	-98,7	0,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, a Taxa sobre Importação, derivadas dos impostos aduaneiros, que registaram um grau de execução de 60,2% do programado, ascendendo aos 184.999 milhares de Dobras, o que representa um decréscimo de 1,5%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 57,2% do programado, ascendendo a 168.235 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a um decréscimo de 4,4% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre o Consumo de Serviços, Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas e o Imposto sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 17,6% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 73,7% do programado, ascendendo aos 177.287 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 5,9%, face ao arrecadado no período homólogo do ano de 2021. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível do **Imposto sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 86,7%, ascendendo aos 91.430 milhares de Dobras que, todavia, corresponde a um acréscimo de 20,2% do que foi arrecadado no igual período de 2021. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte imposto sobre o consumo de Serviços de Telecomunicações e o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares, sendo que o desempenho do Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares é justificado pela retoma, embora tímida, das actividades turísticas, particularmente no que diz respeito aos serviços de hotéis e restaurantes pós o período pandémico da COVID-19;
- ii. O **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** que ascendeu o valor de 65.440 milhares de Dobras, atingiu 70,5% do programado e um acréscimo de 3,2% registado face ao período homólogo de 2021, o seu moderado desempenho face ao programado, deveu-se a diminuição verificada nas importações;
- iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local**, até final de Setembro do ano em análise registou uma taxa de arrecadação de 48,4% relativamente ao programado e, um decréscimo de 26,8% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado o valor de 20.417 milhares de Dobras.

Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Set	OGE	Jan-Set	%	%	%
	2021	2021	2022	2022	Exec.	V.H.	Estrut.
Imposto sobre o Consumo	243 079	167 411	240 441	177 287	73,7	5,9	100,0
de Álcool Industrial	0	0	0	6 301	3,6
de Derivados do Petróleo	0	44	0	23	...	-48,2	0,0
de Gases Liquefeitos	0	0	0	128	0,1
de Bebidas Alcoólicas	92 762	63 441	92 850	65 440	70,5	3,2	36,9
de Serviços de Telecomunicações	47 443	26 221	36 356	23 051	63,4	-12,1	13,0
de Serviços Hoteleiros e Similares	7 736	5 740	7 959	11 803	148,3	105,6	6,7
de Serviços de Água e Energia	12 169	7 535	10 447	8 419	80,6	11,7	4,7
de Serviços Bancários e de Seguros	11 139	8 310	11 521	11 356	98,6	36,7	6,4
de Serviços Diversos	25 930	28 240	39 155	30 350	77,5	7,5	17,1
de Produção Local	45 901	27 880	42 154	20 417	48,4	-26,8	11,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Conforme apresentado na Tabela 8, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 56.386 milhares de Dobras (representa 5,6% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 79,7% do programado e um acréscimo de 17,3% do realizado no período homólogo de 2021. O nível de arrecadação observado está relacionado com desempenho dos seus componentes Selo de Conhecimento e Cobrança, Selo de Verba e Selo de Assistência, o que representam respectivamente, 81,1%, 80,8% e 77,6% do grupo de imposto

de selo. A semelhança de outros impostos, o imposto de selo também teve um bom desempenho tendo em conta o sinal positivo na economia pós COVID-19 associado a algumas medidas tomadas pela Administração Fiscal na cobrança de receitas.

Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto de Selo	62 264	48 090	70 785	56 386	79,7	17,3	100,0
Selo de Verba	37 585	27 559	40 565	32 762	80,8	18,9	58,1
Selo de Conhecimento e Cobrança	4 437	3 649	5 371	4 355	81,1	19,3	7,7
Selo de Cheque	12	19	28	11	40,6	-40,3	0,0
Selo de Assistência	20 230	16 863	24 821	19 258	77,6	14,2	34,2

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 65,2% do programado, ascendendo aos 37.952 milhares de Dobras, o que reflectiu num acréscimo de 4,5% face ao arrecadado no igual período do ano 2021. O montante arrecadado representa cerca de 3,8% das receitas fiscais (ver Gráfico 3). O incremento deste imposto deve-se a falta de pagamento voluntarioso por parte dos contribuintes, o que tem levado a um aumento dos processos fiscais na Secção do Contencioso Tributário da Direcção dos Impostos.

Tabela 9: Detalhe das Taxas

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2021	Jan-Set 2021	OGE 2022	Jan-Set 2022	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Taxas	52 233	36 321	58 231	37 952	65,2	4,5	100,0
das quais							
Custas e taxas	2 228	2 887	9 231	1 082	11,7	-62,5	2,9
Emolumentos de Outros Minérios	4	71	104	8	7,4	-89,2	0,0
Emolumentos Gerais aduaneiros	3 645	3 862	5 661	3 180	56,2	-17,7	8,4
Emolumento Geral de exportação	35	0	0	3	0,0
Emolumento Pessoais	6 989	5 583	8 183	6 583	80,5	17,9	17,3
Subsídio de deslocação	13 407	10 801	15 830	12 141	76,7	12,4	32,0
Emolumento e Taxas Diversas	21 384	11 722	17 179	8 972	52,2	-23,5	23,6
Emolumento Especiais - 10%	4 541	1 394	2 043	5 983	292,8	329,1	15,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Outras Receitas Fiscais

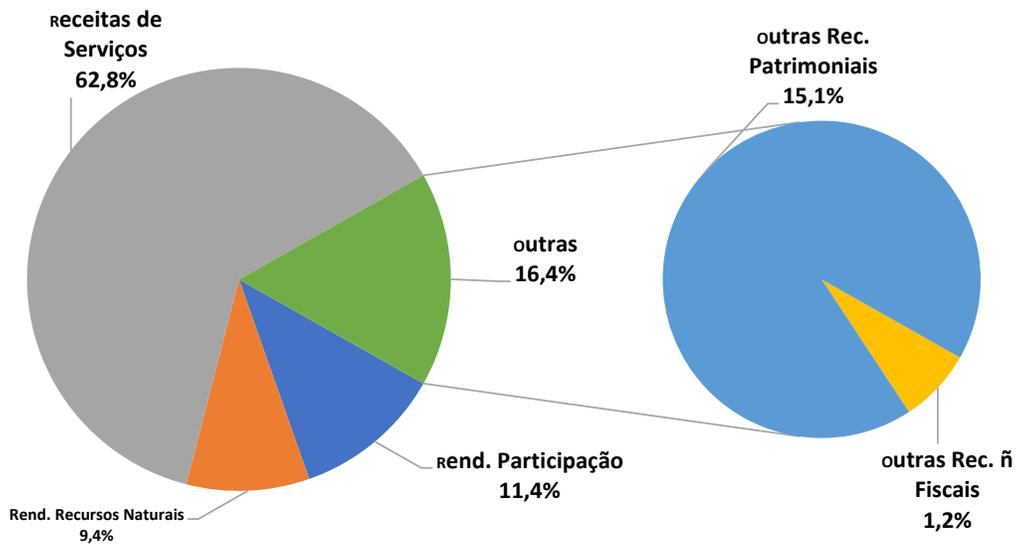
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do terceiro trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 25,2% do programado, atingindo os 416 milhares Dobras, o que traduziu num decréscimo de 62,9% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2021.

I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Setembro do ano em análise, uma taxa de realização de 89,3% do programado, ascendendo aos 263.379 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais teve um acréscimo de 27,8% face ao igual período de 2021, representando desta forma, 20,7% das receitas correntes realizadas. A performance verificado deveu-se fundamentalmente ao desempenho das Outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários), Receitas de Serviços e Rendimento de Participações, inclui (o rendimento das empresas estatais) tendo atingido 259,9%, 84,8% e 79,2%, respectivamente do programado para o ano.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 115,2% do estimado para o ano, ascendendo aos 94.716 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 73,0% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (54.735 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução superior ao período homólogo de 2021, justificado como abaixo se discrimina:

– Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 30.107 milhares de Dobras, representando 79,2% do programado para o ano e um decréscimo de 13,9% em relação ao igual período de 2021. Entretanto, salienta-se que o montante em causa contou, apenas, com participação de Empresas participadas.

– Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas de Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 85,7% do programado, ascendendo aos 24.710 milhares de Dobras (representa 9,4% das receitas não fiscais, *cf.* Grafico 4), e que corresponde a um acréscimo de 277,2%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2021. O acréscimo observado relativamente ao igual período de 2021 é justificado pelo aumento registado nas receitas provenientes de bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e também a entrada de recursos provenientes de bonificação e prémios de pescas.

– Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do terceiro trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 39.899 milhares de Dobras, cerca de 259,9% do programado e um acréscimo de 202,1% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

i. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Assim sendo, de Janeiro a Setembro de 2022 arrecadou-se neste agregado de receitas, o montante de 165.409

milhares de Dobras. Estas receitas representam 62,8% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4, e, obteve o nível de execução de 84,8% do programado, representando desta forma um acréscimo de 22,1% face ao arrecadado no período homólogo de 2021.

ii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, Janeiro a Setembro, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 18,3% do programado, atingindo os 3.254 milhares de Dobras, menos 79,3%, face ao registado no igual período de 2021, representando cerca de 1,2% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.3. Donativos

Relativamente aos recursos provenientes dos Donativos, estes são constituídos pelos donativos para financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC.

Tendo em conta a conjuntura internacional adversa decorrente da crise económica e social que os parceiros tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam provocada por um lado, pela pandemia da Covid-19 e, por outro lado, a invasão da Ucrânia pela Rússia é notável uma certa dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo os Donativos.

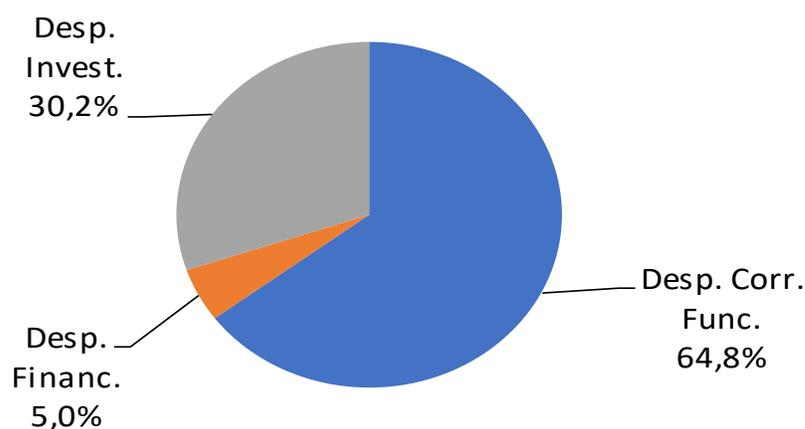
Da apreciação dos dados constantes da Tabela 2, verifica-se que os recursos proveniente de Donativos, constituídos pelos donativos para Financiamento do OGE (BM), para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC, registaram até final de Setembro de 2022, um grau de execução de 39,5% do programado, ascendendo ao montante de 648.367 milhares de Dobras (cerca de 30,7% das receitas totais, cf. Gráfico 1), que entretanto representa um considerável incremento de 261,0%, face ao arrecadado no igual período de 2021.

Para este aumento contribuíram, por um lado, a entrada dos Donativos para financiamento do OGE, proveniente da UE, que ficaram nos 50.222 milhares de Dobras, correspondendo 15,4% do programado, Donativos para financiamento dos Projectos, que ficaram nos 561.421 milhares de Dobras, correspondendo a 44,8% do programado e mais 267,4% do executado no período homólogo do ano transacto, e por outro, a modesta entrada dos donativos da iniciativa HIPC, que ascendeu ao montante de 36.724 milhões de Dobras, corresponde a mais 37,0% face ao mesmo período do ano 2021, e 57,1% do estimado para o ano.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Setembro de 2022, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 73,4% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 2.840.326 milhares de Dobras, e mais 37,4% do executado no igual período de 2021, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (64,8%, cf. Gráfico 5). O acréscimo verificado deve-se fundamentalmente ao ligeiro aumento registado na execução das despesas de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos externos, sobretudo de donativos, em decorrência da incorporação de informações executadas directamente pelos parceiros de desenvolvimento, apesar da ponderada mobilização destes mesmos recursos, associada também a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.1. Despesas Efectivas

Relativamente a categoria das Despesas Efectivas que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até o final do trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 2.697.708 milhares de Dobras, cerca de 73,6% do inicialmente previsto e um acréscimo de 37,6% do executado no período homólogo de 2021. O acréscimo verificado nesta categoria de despesas deve-se sobretudo a taxa de execução das suas subcomponentes tais como, Outras Despesas Correntes e Despesas de Exercício Findo que atingiram 99,0% e 360,2%, respectivamente do programado para o ano.

I.1.2. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos Públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 73,0%, tendo ascendido a 1.538.564 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 10,3% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e, representando desta forma a 12,6% do PIB estimado para o ano. O moderado nível de execução, bem como o acréscimo verificado, deve-se por um lado a fraca cobrança das receitas correntes e por outro lado a ligeira contenção no pagamento de algumas despesas discricionárias.

Tabela 10: Despesas Totais Executadas – De Janeiro a Setembro de 2022

(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2020	OGE 2021	Jan - Set. 2021	OGE 2022	Jan - Set. 2022	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	3 168 284	3 655 123	2 067 280	3 870 985	2 840 326	73,4	37,4	23,2
Despesas efectivas	3 043 464	3 472 029	1 960 840	3 667 152	2 697 708	73,6	37,6	22,1
Despesas primárias	1 889 128	2 069 339	1 394 957	2 108 778	1 538 564	73,0	10,3	12,6
Despesas correntes	2 131 040	2 136 609	1 561 847	2 182 801	1 840 162	84,3	17,8	15,0
Despesas com pessoal	978 085	1 146 474	734 384	1 165 000	852 085	73,1	16,0	7,0
Bens e serviços	291 076	268 007	194 759	274 770	199 549	72,6	2,5	1,6
Juros da dívida	35 332	49 990	14 655	74 224	48 453	65,3	230,6	0,4
Subsídios e tranf. correntes	351 366	388 125	260 361	397 767	275 460	69,3	5,8	2,3
Outras despesas correntes	235 910	211 618	186 701	195 890	193 954	99,0	3,9	1,6
Exercício findo	239 272	72 395	170 988	75 150	270 661	360,2	58,3	2,2
Investimento públicos	912 424	1 335 420	398 993	1 484 351	857 545	57,8	114,9	7,0
Recursos internos	32 692	55 115	18 752	75 351	17 516	23,2	-6,6	0,1
Recursos próprios	19 538	31 963	9 801	37 864	10 427	27,5	6,4	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	0,0
HIPC	13 154	23 152	8 951	37 487	7 089	18,9	-20,8	0,1
Recursos externos	879 732	1 280 305	380 241	1 409 000	840 029	59,6	120,9	6,9
Donativos	753 907	1 170 946	340 203	1 252 000	805 093	64,3	136,7	6,6
Empréstimos	125 825	109 359	40 038	157 000	34 936	22,3	-12,7	0,3
Despesas Financeiras	124 820	183 094	106 440	203 833	142 619	70,0	34,0	1,2

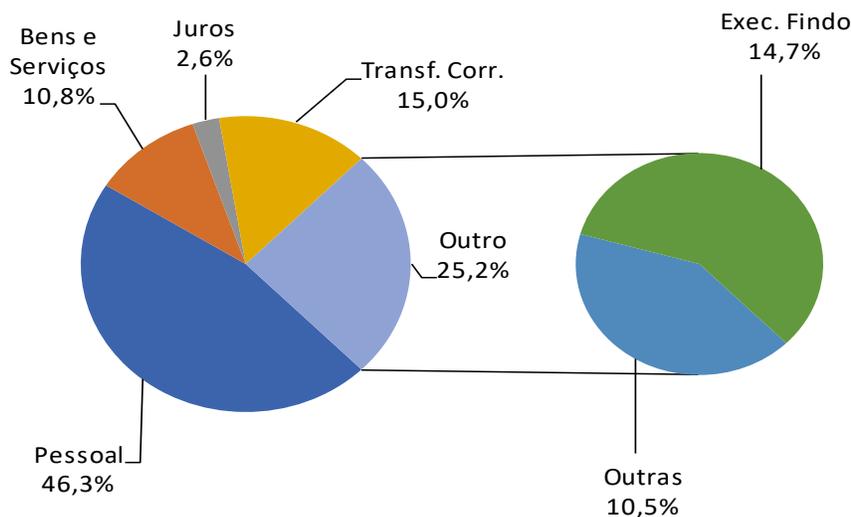
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.3. Despesas de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com o objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 64,8% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

Dada a avaliação feita dos dados do terceiro trimestre do ano 2022, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.840.162 milhares de Dobras, o que corresponde a 84,3% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva em termos nominais de 17,8%, representando 15,0% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução atingido, deve-se ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria de despesas, como abaixo se descreve:

– Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 46,3% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme o “Gráfico 6”, 84,6% das receitas fiscais realizadas e cerca de 7,0% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 852.085 milhares de Dobras, representando 73,1% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 16,0%. O acréscimo verificado em relação ao período homólogo do ano 2021, deve-se sobretudo ao aumento do salário mínimo da Função Pública, bem como novos enquadramentos e promoções nos diversos Serviços da Administração Central do Estado.

– Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 10,8% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações da Tabela 10, observa-se que no

trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 72,6% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 199.549 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento de 2,5%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o acréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pela moderada arrecadação de receitas fiscais.

– Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 48.453 milhares de Dobras, ficando nos 65,3% do programado, e com uma variação homóloga positiva de 230,6% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 10), tendo uma participação de 2,6% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

– Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, mas, no período em análise as mesmas tiveram uma participação de 15,0% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 10, observa-se que até o final do trimestre em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 275.460 milhares de Dobras, o que corresponde a 69,3% do inicialmente aprovado e um acréscimo de 5,8% do executado no igual período do ano 2021. Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), as Câmaras Distritais, Institutos Públicos, e Serviços Autónomos, tendo registado no seu conjunto 358,2% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, as quatro (4) subcomponentes acima citadas tiveram a variação homóloga positiva em relação ao igual período do ano transacto.

– Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 10, mostram que até o final de Setembro de 2022, as mesmas tiveram uma execução de 193.954 milhares de Dobras, estando a 99,0% do inicialmente aprovado, representando 10,5% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 3,9%. O moderado nível de execução deve-se a performance das suas rubricas "Despesas Consignadas" e "Carácter Reservado" que atingiram 183,0% e 73,9%, respectivamente do inicialmente aprovado.

Despesas Correntes do Exercício Findo

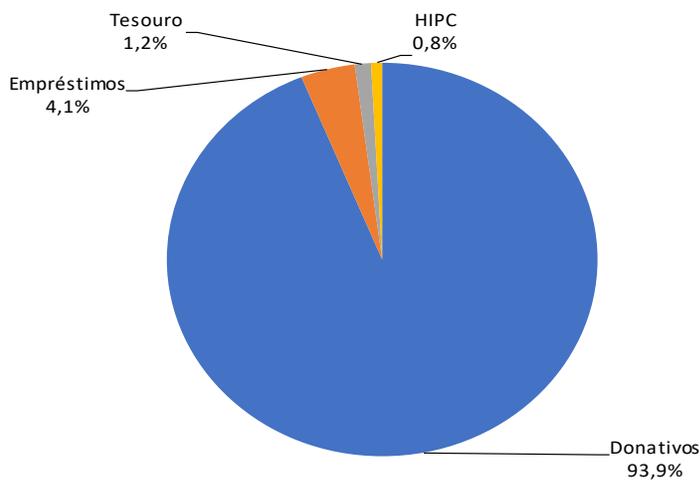
Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do trimestre em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 270.661 milhares de Dobras, correspondente a 360,2% do previsto e um acréscimo de 58,3% do executado no igual período do ano transacto. O acréscimo verificado nesta categoria de despesas relativamente ao período homólogo do ano anterior, deveu-se sobretudo ao pagamento dos atrasados de Água e Energia, Comunicações, bem como o Diferencial do Preço de Combustíveis dos anos anteriores.

I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 857.545 milhares de Dobras, (cerca de 30,2% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 57,8% do inicialmente aprovado e registando uma variação homóloga positiva de 114,9% em relação ao igual período do ano 2021.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O moderado nível de execução, bem como o acréscimo verificado deveu-se por um lado, a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e por outro, dos recursos externos (donativos e créditos), que da parte de donativos é justificada, pelo facto de uma parte das informações de execução dos projectos financiados por este recurso, terem sido enviadas para efeito de consolidação, contrariamente ao que aconteceu no ano precedente.

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos

As despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 10, as mesmas foram programadas no montante de 75.351 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, até o final do período em análise registou-se uma execução de 17.516 milhares de Dobras correspondendo a 23,2% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 2,0% do PIP executado. O nível de execução ficou aquém do esperado para o período em análise, e é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 27,5% do programado, ascendendo a 10.427 milhares de Dobras (correspondente a 1,2% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 18,9% do programado, ascendendo a 7.089 milhares de Dobras (cerca de 0,8% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro a Setembro de 2022, em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 840.029 milhares de Dobras, correspondendo a 59,6% do programado, o que representa cerca de 98,0% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um acréscimo de 120,9%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado 93,9% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 805.093 milhares de Dobras, o equivalente a 64,3% do programado e um acréscimo de 136,7% do executado no mesmo período do ano transacto, e recursos financiados com créditos teve uma execução de 34.936 milhares de Dobras equivalente a 22,3% do programado e um decréscimo de 12,7% do executado no igual período do ano transacto.

I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para o período em análise, observa-se, através da Tabela 10, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 142.619 milhares de Dobras, cerca de 70,0% do programado e mais 34,0% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,0% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5. Ao procedermos a análise da Tabela 11, observa-se que até Setembro do ano 2022, o estoque da dívida pública situou-se em USD 576,5 milhões de Dobras Americanos, um aumento de 4,5% quando comparado com o Stock da dívida pública até o final do ano de 2021, correspondendo a 122,5% do PIB, sendo que do montante apurado USD 343,6 milhões correspondem aos atrasados e USD 232,8 milhões correspondem aos sem atrasados. Ainda observando a Tabela 11, nota-se que em termos de estrutura, 50,7% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, 16,9% correspondem a dívida interna e 32,4% correspondem a passivos contingentes.

Quanto a dívida externa, 29,1% referem-se a dívida multilateral e 70,9% correspondem a dívida bilateral, sendo no circuito desta as mais proeminentes são as dívidas com Portugal (22,8%) e Angola (nova dívida) 20,1%.

Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 97,6 milhões, sendo que USD 60,8 milhões (cerca de 62,4% na estrutura do total da dívida interna), correspondem a dívidas com fornecedores e novos atrasados internos e USD 31,7 milhões (cerca de 32,5% da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro.

Tabela11: Estoque da Dívida Pública até Setembro de 2022

(em milhões de Dobras)

PERÍODOS	2019	2020	2021	2022 - Até Setembro	Sem atrasados	Atrasados	Estr. %
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II+III	500,7	544,4	551,7	576,5	232,8	343,6	100,0%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II	387,6	403,0	390,1	389,6	227,8	161,8	67,6%
I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)	269,9	297,9	298,8	292,0	191,0	101,0	75,0%
A. Multilateral	54,5	76,9	82,6	84,9	84,9	0,0	29,1%
BAD/FAD	15,4	18,7	19,0	19,4	19,4	0,0	6,6%
IDA	11,6	11,5	11,3	11,2	11,2	0,0	3,8%
FIDA	5,0	5,2	4,8	4,7	4,7	0,0	1,6%
OPEP ^a	1,4	3,5	3,1	2,8	2,8	0,0	0,9%
BADEA	11,8	12,4	13,4	14,0	14,0	0,0	4,8%
FMI	9,0	25,5	30,7	32,6	32,6	0,0	11,2%
KUWAIT FUND ¹	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,0	0,1%
B. Bilateral	215,4	221,0	216,2	207,1	106,1	101,0	70,9%
Clube de Paris	0,8	0,8	5,1	5,1	0,8	4,3	1,3%
BÉLGICA	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,3%
BRASIL			4,3	4,3	0,0	4,3	1,5%
Não Clube de Paris	214,6	220,2	211,1	202,0	105,3	96,7	69,2%
PORTUGAL ²	55,9	61,2	56,4	47,3	47,3	0,0	16,2%
ANGOLA(atrasada)	36,0	36,0	36,0	36,0	0,0	36,0	12,3%
ANGOLA	10,7	11,0	11,0	11,0	8,0	3,0	3,8%
ANGOLA(nova dívida)	41,8	41,7	41,7	41,7	40,0	1,7	14,3%
Div. Comercial	34,3	34,3	34,3	34,3	10,0	24,3	11,7%
ITALIA	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3	8,3%
CHINA	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	3,4%
Div. Curto Prazo	35,9	36,0	31,7	31,7	0,0	31,7	10,9%
NIGERIA	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0	10,3%
BRASIL ³	4,3	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
GUINÉ EQUATORIAL	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7	0,6%
II. DÍVIDA INTERNA (C+D)	117,7	105,1	91,3	97,6	36,7	60,8	25,0%
C.DÍVIDA C/FORNECEDORES+ATRASADOS INTERNOS	88,3	78,9	64,3	60,8	0,0	60,8	62,4%
Credores / Fornecedores Diversos	13,1	13,4	13,1	13,9	0,0	13,9	22,9%
Fornecedores Externos	11,6	11,6	11,6	13,7	0,0	13,7	
Lar Junqueira	-	-	-	2,1	-	2,1	
Hidroelectrica	2,3	2,3	2,3	2,3	-	2,3	16,6%
MSF	4,7	4,7	4,7	4,7	-	4,7	33,8%
Synergies	4,6	4,6	4,6	4,6	-	4,6	33,1%
Fornecedores Internos (Indemnizações)	1,5	1,7	1,5	0,2	0,0	0,2	
ATRAS. INTERNOS	1,5	1,7	1,5	0,2	-	0,2	1,5%
Novos Atrasados Internos ⁵	75,2	65,5	51,2	46,9	0,0	46,9	0,5
Dívida do Estado às Empresas Privadas	16,3	11,6	10,9	8,2	0,0	8,2	17,6%
Estado / Empresas apuradas em Junho de 2019	10,2	7,0	5,9	5,3	-	5,3	11,4%
Encargos Salariais - BISTP ...	6,1	4,6	5,0	2,9	-	2,9	6,2%
Dívida do Estado às Empresas Públicas	45,7	41,4	29,1	27,5	0,0	27,5	58,7%
ESTADO/EMAE	5,0	3,5	-0,6	0,0	-	0,0	0,0%
ESTADO/CST	6,6	6,1	5,6	5,6	-	5,6	11,9%
ENCO-Diferencial de preços	34,1	31,8	24,1	14,9	-	14,9	31,8%
INSS				7,1	-	7,1	15,1%
Dívida dos Ministérios aos Terceiros	13,2	12,4	11,3	11,1	0,0	11,1	23,8%
Ministerios / Terceiros apurados em Junho de 201 ¹	11,8	10,8	10,7	10,5	-	10,5	22,5%
Edifício do Tribunal de Contas	0,8	0,8	0,6	0,6	-	0,6	1,3%
Edifício de S.Tribunal de Justiça	0,6	0,8	0,0	0,0	-	0,0	0,0%
D. DÍVIDA CONTRAÍDA PELO TESOUREIRO PÚBLICO	29,4	26,2	26,9	36,7	36,7	0,0	37,6%
Bilhetes de Tesouro (BT's) de 1 ano	29,4	26,2	26,9	31,7	31,7	0,0	86,4%
Afriland First Bank	0,0	0,2	3,9	3,9	3,9	0,0	12,3%
BISTP	25,5	18,7	16,7	17,3	17,3	0,0	54,5%
BGFI	1,4	0,9	2,1	4,4	4,4	0,0	13,8%
Ecobank STP	1,6	5,7	3,2	4,8	4,8	0,0	15,2%
Encargos com a emissão dos BT's	0,9	0,7	1,0	1,3	1,3	0,0	4,2%
BISTP - Pagamento à ENCO				5,0	5,0		13,6%
III. PASSIVOS CONTINGENTES⁷ (E+F)	113,1	141,4	161,6	186,9	5,1	181,8	32,4%
E. Total das Estatais (SOE)	113,1	141,4	161,6	186,9	5,1	181,8	100,0%
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta con	10,4	7,7	6,1	5,1	5,1	0,0	2,7%
SMF - Carta de Conforto	3,1	1,6	0,7	0,2	0,2	0,0	0,0%
ENAPORT - Carta de Conforto	2,1	2,0	1,8	1,7	1,7	0,0	0,4%
EMAE - Carta de Conforto	3,1	2,1	1,7	1,4	1,4	0,0	0,4%
AGER - Carta de Conforto	2,2	2,0	1,9	1,8	1,8	0,0	0,5%
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	102,7	133,7	155,5	181,8	0,0	181,8	97,3%
EMAE/ENCO	99,5	120,1	142,8	167,9	0,0	167,9	43,1%
EMAE/HIDROEQUADOR	3,2	3,2	3,2	3,2	0,0	3,2	0,8%
ESTADO/ENCO/SONANGOL a)	-	10,4	9,5	10,7	0,0	10,7	2,8%

Fonte: GDP/DT- MPFEA

I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

I.1.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Em conformidade com o apresentado na Tabela 12, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 569.402 milhares de Dobras, contra o deficit de 369.637 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2021, o que corresponde a um agravamento de 199.765 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das mesmas.

Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Setembro de 2022

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2020	OGE 2021	Jan - Set. 2021	OGE 2022	Jan - Set. 2022	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	-535 283	-426 251	-369 637	-410 801	-569 402	138,6	54,0	-4,7
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	-674 645	-428 189	-432 352	-412 928	-584 672	141,6	35,2	-4,8
Saldo Primário Doméstico	-432 734	-379 719	-265 462	-338 905	-283 074	83,5	6,6	-2,3
Saldo Global	-371 667	-319 812	-579 542	-455 985	-598 509	131,3	3,3	-4,9

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Setembro de 2022, registou um saldo primário base compromisso deficitário de 283.074 milhares de Dobras, contra 265.462 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2021 (cf. Tabela 12). Este nível de défice equivale a 2,3% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente programado para o presente exercício económico é de 2,8% do PIB.

I.1.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 12, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Setembro de 2022, um saldo global base caixa negativo de 598.509 milhares de Dobras, contra os 579.542 milhares de Dobras negativo, registados no igual período de 2021.

I.1.7. Financiamento do Défice Global

I.1.7.1. Financiamento Interno

Até o final do terceiro trimestre de 2022, apurou-se um saldo global deficitário de 598.509 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 131,3% em relação a programação para o ano, e um acréscimo de 3,3% relativamente ao que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do défice global registado deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização destes recursos, em termos líquidos de 183.500 milhares de Dobras, para cobrir o BT que ia vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se que, também como financiamento interno foram utilizados 59.170 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE), 388.323 milhares de Dobras de adiantamentos líquidos concedidos pelo Banco Central de S.Tomé e Príncipe e, 128.899 milhares de Dobras do Crédito concedido pelo BISTP ao Governo.

Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global

(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2020	OGE 2021	Jan - Set. 2021	OGE 2022	Jan - Set. 2022	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	370 915	319 812	579 542	455 985	598 509	131,3	3,3	4,9
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	84 363	88 500	280 559	57 500	59 249	103,0	-78,9	0,5
<i>Receitas de Alienação</i>	317	2 507	319	2 500	80	3,2	-75,1	0,0
<i>Transferências CNP</i>	84 046	85 993	67 925	55 000	59 170	107,6	-12,9	0,5
BCSTP (DIR.ESP.SAQUE-DES)	0	0	212 314	0	0	...	-100,0	0,0
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	486 010	231 312	154 267	398 485	135 879	34,1	-11,9	1,1
<i>Desembolsos para Projectos</i>	486 010	231 312	154 267	311 642	13 993	4,5	-90,9	0,1
Mov. Contas do Tesouro	-124 011	0	-130 585	0	-77 774	...	-40,4	-0,6
Rec. e Desp. de Serviços nos Bancos	-752	0	0	0	-16 804	-0,1
BT Líquido	-94 000	0	375 164	0	183 500	...	-51,1	1,5
BCSTP - Adiantamentos Líquido	0	0	0	0	388 323	3,2
NOA OFFSHORE	-30 994	0	-6 903	0	-14 509	...	110,2	-0,1
Outros Financiamentos(BISTP)	0	0	0	0	128 899	1,1
Discrepância Financeira (Saldo a tr	50 300	0	102 494	0	-188 255	...	-283,7	-1,5

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.7.2. Financiamento Externo

O financiamento externo é composto por Donativos e Créditos. Do lado do donativo, no decorrer dos primeiros nove meses de 2022, contou-se com o donativo do Banco Mundial sobre a gestão do AFAP, no quadro do Programa Per Covid19 e outros projectos relevantes, no valor de 467.364 milhares de Dobras, donativo do Governo Japonês no valor de 15.684 milhares de Dobras, donativo do Governo da República da China no valor de 75.939 milhares de Dobras, perfazendo desta forma o total de 561.421 milhares de Dobras de donativo proveniente dos parceiros internacionais, o que representa 26,6% das receitas totais registadas.

Do lado de Crédito, registou-se o total de 135.879 milhares de Dobras, sendo o valor de 121.886 desembolsado pelo FMI, no quadro iniciativa de crédito alargado, 7.319 milhares de Dobras desembolsado pelo BAD/FAD, para financiar projectos ligados a melhoria das infraestruturas Agrícolas do PRIASA II, 2.601 milhares de Dobras desembolsado pelo fundo Kuwait no âmbito do acordo de crédito para a reabilitação do Centro Hospitalar de S.Tomé e Príncipe (Hospital Drº. Ayres de Menezes) e, o valor de 4.073 milhares de Dobras desembolsado pelo BADEA, no âmbito de Projecto de Abastecimento de Água Potável de Santana a Agua-Izé. O valor total apurado (135.879 milhares de Dobras), representa 6,4% das receitas totais.

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

As informações da execução orçamental relativo às despesas por classificação orgânica do terceiro trimestre de 2022, conforme apresentado na Tabela 14, reflectem um nível de execução modesto do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, com uma execução acima do acordado para esta etapa de observação, o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP) com 311,2% da dotação final, correspondente a 139.808 milhares de Dobras, em seguida o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 126,7% da dotação final, correspondente a 100.736 milhares de Dobras, depois o Ministério Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), com 125,6% da dotação corrigida, o equivalente a 50.137 milhares de Dobras, Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA) com uma taxa de execução de 96,6% da dotação final, correspondente a 340.810 milhares de Dobras, Encargo Geral de Estado (EGE), com 91,6% da dotação final, correspondente a 558.799 milhares de Dobras, depois o Tribunal Constitucional (TCO), com uma taxa de execução de 87,9% da dotação final, correspondente a 13.203 milhares de Dobras, em seguida o Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES), com taxa de 77,3% da dotação corrigida, o correspondente a 512.127 milhares de Dobras e a Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), com 76,4% do executado com respeito a dotação final, o equivalente a 8.354 milhares de Dobras.

Em continuação vem os outros órgãos com execução mais baixa com destaque para o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com taxa de execução de 74,0% da dotação corrigida, o correspondente a 234.257 milhares de Dobras, Presidência da República (PR), com uma taxa de execução de 71,3% da dotação final, correspondente a 11.311 milhares de Dobras, Ministério de Saúde (MS), com execução de 71,2% da dotação final, correspondente a 353.994 milhares de Dobras, Tribunal Contas (TC), com 68,4% da dotação corrigida, o equivalente a 21.289 milhares de Dobras, Governo Regional de Príncipe (GRP), com 67,2% da dotação final, correspondente a 83.537 milhares de Dobras, Câmara Distrital de Água – Grande (CDAG), com 64,5% da dotação corrigida, o equivalente a 14.278 milhares de Dobras, e por fim, Tribunal Judicial (TJ), com 62,2% da dotação corrigida, equivalente uma execução de 24.107 milhares de Dobras.

Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr.
01000 - AN	134.141	134.141	58.743	58.743	58.743	43,8	2,1
02000 - TC	31.121	31.121	21.289	21.289	21.289	68,4	0,7
03000 - TCO	15.015	20.310	13.203	13.203	13.203	87,9	0,5
10000 - TJ	38.778	38.778	24.107	24.107	24.107	62,2	0,8
20000 - PR	15.860	15.614	11.311	11.311	11.311	71,3	0,4
21000 - GPM	72.769	72.487	42.276	41.145	39.614	56,5	1,4
22000 - PGR	29.823	28.694	13.271	12.878	12.345	43,2	0,5
23000 - MDOI	316.416	315.811	239.485	234.257	225.895	74,0	8,2
24000 - MNEC	135.989	135.782	50.060	49.747	49.220	36,6	1,8
25000 - MJAPDH	79.513	117.513	101.965	100.736	99.365	126,7	3,5
26000 - MTSFFP	44.921	44.921	140.428	139.808	138.774	311,2	4,9
27000 - MPFEA	263.781	274.888	133.073	129.939	125.049	49,3	4,6
28000 - MTCCI	39.928	38.036	50.994	50.137	48.722	125,6	1,8
29000 - MEEC	662.779	694.249	516.632	512.127	505.624	77,3	18,0
30000 - MAPRED	59.360	3.183	873	831	786	1,4	0,0
32000 - MOPIRNA	352.905	358.322	342.172	340.810	338.749	96,6	12,0
33000 - MS	497.299	496.299	357.673	353.994	347.554	71,2	12,5
34000 - MJDE	51.376	27.525	14.417	14.001	13.480	27,3	0,5
35000 - MAPDR	211.075	211.736	39.738	38.592	36.820	18,3	1,4
70000 - GRP	124.323	132.509	83.537	83.537	83.537	67,2	2,9
71000 - CDAG	22.123	22.123	14.278	14.278	14.278	64,5	0,5
72000 - CDCG	10.325	11.025	5.865	5.865	5.865	56,8	0,2
73000 - CDC	9.375	9.375	5.570	5.570	5.570	59,4	0,2
74000 - CDLMB	10.933	11.460	8.354	8.354	8.354	76,4	0,3
75000 - CDLOBT	17.620	17.620	8.251	8.251	8.251	46,8	0,3
76000 - CDMZ	13.519	13.519	8.017	8.017	8.017	59,3	0,3
91000 - EGE	609.915	632.853	587.015	558.799	524.977	91,6	19,7
Total Geral	3.870.985	3.909.894	2.892.598	2.840.326	2.769.501	73,4	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Para permitir um acompanhamento mais abrangente da execução orçamental nesta classificação, foi analisado os organismos com nível de execução baixo, justificada pela contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só é verificada a sua chegada no final do ano.

Assim sendo, na estrutura das despesas totais (2.840.326 milhares de Dobras), verifica-se que 73,4% do executado encontra-se concentrado em cinco órgãos, nomeadamente:

- O OGE com 19,7%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “2456 – Amortização da Dívida Pública” e “2524 - Exercícios Findos”;

- O MEES (18,0%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3405 - Educação de qualidade para todos”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5768 - Construção do Liceu”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”;
- No MS com 12,5%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2401 - Junta para Exterior”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário ” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”;
- O MOPIRNA apresentou 12,0% da execução devido as acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2162 – Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “5101 - Projecto de adaptação às mudanças climáticas para as zonas costeiras”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6510 - Melhoria do Indicador do Sector de Água e Saneamento”, “6616 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”, e por último;
- MDOI com 8,2%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”.

II.1.2. Por Classificação Funcional

De acordo com os dados que constam na Tabela 15, que apresenta as informações das despesas por classificação funcional referente ao terceiro trimestre de 2022, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se alta ocorrência das execuções nas funções como os Serviços Públicos Gerais, onde o montante da execução ascendeu a 948.087 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução de 77,6% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi no montante de 514.474 milhares de Dobras, o que corresponde a 77,8% da sua dotação final, na área da Saúde, o montante de execução atingiu 353.817 milhares de Dobras, o que equivale a 71,0% da sua dotação final, nos Encargos Financeiros o montante ascendeu a 238.881 milhares de Dobras, correspondendo a 67,5% da dotação corrigida, Defesa Nacional com nível de realização de 74,2% da dotação corrigida, ascendendo a 212.809 milhares de Dobras, no Transporte e Comunicação, o montante da execução ascendeu a 201.456 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução de 96,3% da dotação corrigida, e por fim, Segurança e Assistência Social com montante executado de 133.233 milhares de Dobras, o correspondente ao nível de realização de 109,0% da dotação corrigida.

Ainda na lógica da execução das despesas por classificação funcional, é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Agricultura e Pesca que ascendeu a 35.004 milhares de Dobras, correspondendo a 17,0% da dotação corrigida, Habitação e Serviços Comunitários que ascendeu a 20.215 milhares de Dobras, correspondendo a 22,2% da dotação corrigida, Cultura e Desporto que ascendeu a 18.035 milhares de Dobras, o que corresponde a 28,5% da dotação corrigida, e para finalizar a função Segurança Interna e Ordem Pública onde o valor ascendeu a 16.517 milhares de Dobras, correspondendo a 44,2% da dotação corrigida.

Também foi verificado nesta classificação uma função (Outros Serviços Económicos) onde foi apresentado dotação da despesa, mas contudo não houve realização dessas mesmas despesas para o trimestre em causa.

Tabela 15: Execução por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1.222.330	1.268.364	986.074	948.087	891.372	77,6	33,4
Defesa Nacional	286.957	286.364	212.809	212.809	212.675	74,2	7,5
Segurança Interna e Ordem Pública	37.375	37.970	16.575	16.517	16.517	44,2	0,6
Educação	661.409	692.661	518.980	514.474	507.971	77,8	18,1
Saúde	498.238	498.067	357.495	353.817	347.390	71,0	12,5
Segurança e Assistência Social	122.285	112.588	133.233	133.233	133.233	109,0	4,7
Habituação e Serviços Comunitários	90.996	92.345	20.215	20.215	20.215	22,2	0,7
Cultura e Desporto	63.239	39.236	18.452	18.035	17.515	28,5	0,6
Combustíveis e Energia	57.528	65.644	46.132	46.132	46.132	80,2	1,6
Agricultura e Pesca	205.468	206.128	35.052	35.004	35.004	17,0	1,2
Transportes e Comunicações	209.230	193.771	201.913	201.456	200.996	96,3	7,1
Comércio e Serviços	19.809	17.961	32.926	32.926	32.926	166,2	1,2
Trabalho	3.328	3.306	5.070	5.070	5.065	152,4	0,2
Ambiente	13.213	14.681	63.671	63.671	63.671	481,9	2,2
Outros Serviços Económicos	25.500	25.500	-	-	-	-	-
Encargos Financeiros	354.079	355.306	244.001	238.881	238.820	67,5	8,4
Total Geral	3.870.985	3.909.894	2.892.598	2.840.326	2.769.501	73,4	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Na estrutura das despesas totais por classificação funcional observa-se que (87,0%) das despesas estão concentradas nos Serviços Públicos Gerais (33,4%) devido sobretudo a execução das acções como "1001 – Despesas com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "1046 - Missões no Exterior", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2524 - Exercícios Findos", "6082 - Realização de Eleições Legislativa Autárquica e Regional", "6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFEA", "6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas", "6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)" e "6606 - Implementação de Televisão Terrestre".

Na Educação (18,1%) foi principalmente pela execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação", "6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde", "3405 - Educação de qualidade para todos", "3820 - Aquisição de Móveis Escolares", "3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares", "4956 - Financiamento da Cantina Escolar", "5768 - Construção do Liceu", "6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão" e "6533 - Construção de Liceu em Angolares". Seguidamente a função Saúde (12,5%) pela execução, sobretudo das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "2000 –

Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2401 - Junta para Exterior”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”. Nos Encargos Financeiros (8,4%) pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública” e “2456 - Amortização da Dívida Pública”, Defesa Nacional (7,5%) pela execução, principalmente das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, e por fim, a função Transportes e Comunicação com 7,1% pela execução das acções “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2946 – Reabilitação de Troços de Estradas”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “6616 – Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”.

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Tabela 16), observa-se que, no universo das nove (9) localizações expostas, apenas uma ficou acima do nível de execução estabelecida para o período em análise, sendo Nacional com montante executado de 2.504.756 milhares de Dobras, o que corresponde a 79,0% da sua dotação final. Uma parte das localizações apresentaram nível moderado de execução respeito ao programado, a mencionar, Príncipe com 64,6% da dotação corrigida, ascendendo a 83.558 milhares de Dobras; seguido Caué, com uma taxa de execução de 66,2% da dotação corrigida, o correspondente ao montante de 55.241 milhares de Dobras; depois Lobata com valor executado de 33.820 milhares de Dobras, o que corresponde a 61,3% da sua dotação final; São Tomé em que o montante executado foi de 64.061 milhares de Dobras, o que representa 52,5% da sua dotação corrigida; depois a localização Lembá, com 51,1% da dotação corrigida, ascendendo a 9.431 milhares de Dobras. As restantes localizações ficaram nível mais baixo de execução, como Cantagalo onde a execução foi de 20.463 milhares de Dobras, o equivalente a 35,0% da sua dotação corrigida, Água – Grande em que o montante executado foi de 46.779 milhares de Dobras, o que representa 34,2% da sua dotação final, e por último, Mé - Zochi com montante de 22.216 milhares de Dobras, o equivalente a uma taxa de execução de 23,4% da dotação corrigida.

Tabela 16: Execução por Localização Geográfica
(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Nacional	3.172.544	3.212.941	2.557.028	2.504.756	2.433.938	79,0	88,2
São Tomé	121.940	107.238	64.061	64.061	64.061	52,5	2,3
Príncipe	129.401	134.913	83.558	83.558	83.556	64,6	2,9
Água Grande	136.717	101.685	46.779	46.779	46.779	34,2	1,6
Me-Zochi	94.898	96.704	22.216	22.216	22.216	23,4	0,8
Cantagalo	58.525	38.722	20.463	20.463	20.463	35,0	0,7
Lembá	18.443	18.970	9.431	9.431	9.427	51,1	0,3
Lobata	55.129	71.355	33.820	33.820	33.820	61,3	1,2
Caué	83.387	127.366	55.241	55.241	55.241	66,2	1,9
Total Geral	3.870.985	3.909.894	2.892.598	2.840.326	2.769.501	73,4	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

A repartição percentual da despesa, em termos da estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização (cf. Tabela 16), constata-se que 98,1% das despesas absorvidas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, São Tomé, Caué, Água – Grande e Lobata.

Entretanto, a localização Nacional obteve por si só a maior representatividade (88,2%) no total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “3405 - Educação de qualidade para todos”, “3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar”, “5101 - Projecto de adaptação às mudanças climáticas para as zonas costeiras”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autárquica e Regional”, “6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFEA”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6614 - Programa Família” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”.

Na alçada da localização Príncipe, esta representa no marco estrutural 2,9% das despesas executadas, devido a execução orçamental das acções “2402 - Transferência corrente para RAP” e “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”. Ao nível estrutural da localização São Tomé, a execução

corresponde a 2,3% do total, onde a contribuição deveu-se principalmente pela execução das acções “3062 - Reabilitação do edifício para Hotel Escola”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas” e “6616 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”. Quanto ao Caué, a execução corresponde a 1,9% do total executado, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução da acção “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre” e “6533 – Construção de Liceu em Angolares”. Para nível estrutural da localização Água – Grande, a execução corresponde a 1,6% do total, onde a contribuição deveu-se principalmente pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km) ” e “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”. E por último, a localização Lobata com um nível de execução correspondente a 1,2% do total, onde a representatividade observada deveu-se principalmente pela execução das acções “2410 - Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata” e “5768 – Construção do Liceu”.

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que tange à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado na Tabela 17, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 81,2% da dotação corrigida, ascendendo aos 2.000.297 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um desempenho acima do programado para o período em análise, com uma realização de 78,5%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.823.970 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 169.237 milhares de Dobras (169,4% da dotação corrigida) e por último, a componente HIPC com uma execução de 7.089 milhares de Dobras, representando deste modo 18,9% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, estas dispuseram - se em 59,6% da dotação corrigida, ascendendo aos 840.029 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 64,3% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 805.093 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso e na componente Empréstimo, durante o período em curso foi verificada realização no valor de 34.936 milhares de Dobras, tendo representado 22,3% da dotação corrigida.

Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Financiamento Interno	2.461.985	2.504.494	2.052.568	2.000.297	1.929.472	81,2	70,4
Tesouro	2.324.615	2.351.407	1.876.242	1.823.970	1.753.158	78,5	64,2
Consignados	99.883	116.600	169.237	169.237	169.225	169,4	6,0
HIPC	37.487	36.487	7.089	7.089	7.089	18,9	0,2
Financiamento Externo	1.409.000	1.405.400	840.029	840.029	840.029	59,6	29,6
Donativo	1.252.000	1.271.581	805.093	805.093	805.093	64,3	28,3
Empréstimo	157.000	133.819	34.936	34.936	34.936	22,3	1,2
Total Geral	3.870.985	3.909.894	2.892.598	2.840.326	2.769.501	73,4	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Olhando ainda para a Tabela 17, verifica-se que 79,0% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 64,2% de contribuição, destacando-se a execução das principais acções “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 - Missões no Exterior”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2401 - Junta para Exterior”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 29,6% das despesas executadas com esses recursos, verifica - se que a componente Donativo abarcou grande parte das despesas a nível de estrutura com uma disposição de 28,3% das despesas executadas, com destaque para a execução das acções “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3062 - Reabilitação do edifício para Hotel Escola”, “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”, “3405 - Educação de qualidade para todos”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5101 - Projecto de adaptação às mudanças climáticas para as zonas costeiras”, “5768 - Construção do Liceu”, “5980 -

Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St.António”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional”, “6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFEA”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6510 - Melhoria do Indicador do Sector de Água e Saneamento”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo) ”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6614 - Programa Família”, “6616 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”.

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no terceiro trimestre de 2022, conforme a Tabela 18, mostra que as tipologias de despesas Actividades e Consignadas (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma taxa de execução da dotação corrigida de cerca de 79,9% e 183,0% (o correspondente a 1.670.666 milhares de Dobras e 169.666 milhares de Dobras), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve uma boa execução para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de respectivamente 69,9%.

Os dados relativos à realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução muito mais modesta, atingindo 857.545 milhares de Dobras, o que representa 57,8% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde com 12.201 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário com 16.762 milhares de Dobras, Exercícios Findos com 5.000 milhares de Dobras, Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km) com 7.948 milhares de Dobras, Projecto de adaptação às mudanças climáticas para as zonas costeiras com 63.156 milhares de Dobras, Construção do Liceu com 18.705 milhares de Dobras, ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António com 10.914 milhares de Dobras, Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas com 8.685 milhares de Dobras, Construção de Liceu em Angolares com 36.695 milhares de Dobras e Implementação de Televisão Terrestre com 5.841 milhares de Dobras.

Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas
(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Actividades	2.090.085	2.116.526	1.718.440	1.670.666	1.599.889	79,9	58,8
Consignadas	92.716	110.073	169.666	169.666	169.653	183,0	6,0
Operações Especiais	203.833	203.544	146.947	142.449	142.414	69,9	5,0
Projectos	1.484.351	1.479.751	857.545	857.545	857.545	57,8	30,2
Total Geral	3.870.985	3.909.894	2.892.598	2.840.326	2.769.501	73,4	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (2.840.326 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 58,8% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 30,2% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

Na elaboração do presente tema foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2022), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas. Por conseguinte, a Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro, no seu artigo n.º 17 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2022. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 10.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observado ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2022, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 38.909 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 1,0%, é justificado, por um lado, pela Cativação de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2022.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Numa primeira linha, a análise das alterações orçamentais por classificação orgânica conforme apresentado na Tabela 19, verifica – se que nove (9) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Tribunal Constitucional (TCO), a Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Governo Regional do Príncipe (GRP), Câmara Distrital de Lembá (CDCG), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), Encargos Gerais do Estado (EGE), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA) e Ministério de Agricultura, Pesca e

Desenvolvimento Rural (MAPDR). Entretanto, os órgãos que apresentaram diminuição nesta classificação foram, Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidade (MNEC), Ministério da Saúde, Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Presidência da República (PR), Procuradoria Geral da República (PGR), Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE) e Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), que resultou em redução da respectiva dotação iniciais, em 0,2%, 0,2%, 0,2%, 0,4%, 1,6%, 3,8%, 4,7%, 47,4% e 94,6%, respectivamente. Também é de salientar que os restantes oito (8) órgãos não viram as suas dotações iniciais alteradas.

Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica
(em milhares de Dobras)

Órgãos	Dotação Inicial	Dotação Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Dotação Corrigida	% Var.	% Estr.
01000 - AN	134.141	0	0	0	0	134.141	0,0	3,4
02000 - TC	31.121	0	0	0	0	31.121	0,0	0,8
03000 - TCO	15.015	7.295	0	2.000	5.295	20.310	35,3	0,5
10000 - TJ	38.778	0	0	0	0	38.778	0,0	1,0
20000 - PR	15.860	0	-246	0	-246	15.614	-1,6	0,4
21000 - GPM	72.769	2.961	-282	2.961	-282	72.487	-0,4	1,9
22000 - PGR	29.823	2.840	-143	3.827	-1.129	28.694	-3,8	0,7
23000 - MDOI	316.416	201	-406	400	-605	315.811	-0,2	8,1
24000 - MNEC	135.989	497	-704	0	-207	135.782	-0,2	3,5
25000 - MJAPDH	79.513	33.002	8.000	3.002	38.000	117.513	47,8	3,0
26000 - MTSFFP	44.921	3.263	0	3.263	0	44.921	0,0	1,1
27000 - MPFEA	263.781	16.999	55	5.947	11.107	274.888	4,2	7,0
28000 - MTCCI	39.928	2.918	0	4.811	-1.893	38.036	-4,7	1,0
29000 - MEEC	662.779	149.516	8.988	127.033	31.470	694.249	4,7	17,8
30000 - MAPRED	59.360	0	-7.133	49.044	-56.178	3.183	-94,6	0,1
32000 - MOPIRNA	352.905	115.442	0	110.025	5.417	358.322	1,5	9,2
33000 - MS	497.299	7.998	0	8.998	-1.000	496.299	-0,2	12,7
34000 - MJDE	51.376	9.524	39	33.414	-23.851	27.525	-46,4	0,7
35000 - MAPDR	211.075	899	0	238	661	211.736	0,3	5,4
70000 - GRP	124.323	19.555	0	11.370	8.185	132.509	6,6	3,4
71000 - CDAG	22.123	8.388	0	8.388	0	22.123	0,0	0,6
72000 - CDCG	10.325	5.000	0	4.300	700	11.025	6,8	0,3
73000 - CDC	9.375	0	0	0	0	9.375	0,0	0,2
74000 - CDLMB	10.933	3.091	527	3.091	527	11.460	4,8	0,3
75000 - CDLOBT	17.620	0	0	0	0	17.620	0,0	0,5
76000 - CDMZ	13.519	0	0	0	0	13.519	0,0	0,3
91000 - EGE	609.915	36.632	-8.694	5.000	22.938	632.853	3,8	16,2
Total Geral	3.870.985	426.022	0	387.113	38.909	3.909.894	1,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Assim sendo, os órgãos como o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), o aumento apurado de 38.000 milhares de Dobras, deveu-se ao registo e o aumento da dotação das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1053 - Capacitação do Pessoal” “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares” e “6900 – Paz e Segurança nas Eleições”; Tribunal Constitucional (TCO), em que o crescimento verificado (5.295 milhares de Dobras), foi devido ao acréscimo de verba por parte da dotação adicional no projecto “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), com aumento de 700 milhares de Dobras, devido ao acréscimo aferido na dotação adicional do

projecto “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”; Governo Regional do Príncipe (GRP), em que o crescimento conferido foi de 8.185 milhares de Dobras foi devido ao aumento da dotação do projecto “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”, Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), o aumento apurado de 527 milhares de Dobras, deveu-se ao registo e o aumento da dotação das actividades “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”; o Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), teve um incremento da dotação de 31.470 milhares de Dobras, correspondente a aumento da dotação e a inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5127 - Construção de Um Jardim de Infância”, “5768 - Construção do Liceu”, “6459 - Construção de Jardim de Infância em Santana”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), onde o aumento da dotação de 11.107 milhares de Dobras, deveu-se a verba incorporada nas acções “1053 - Capacitação do Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”;

O Encargos Gerais do Estado (EGE), teve um aumento da dotação de 22.938 milhares de Dobras, devido ao incremento da dotação de actividade e do projecto “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia” e “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”; Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), que teve um incremento da dotação de 5.417 milhares de Dobras, correspondente a adição da dotação e a inscrição das acções “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “3444 - Muro de Vedação”, “5262 - Constr. EN3 (Deposito Velho) /Almeirim”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6616 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”, “6896 - Remoções de Derrocadas”, “6897 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA) “, “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”, “6899 - Desassoramento Parcial do Rio D’Ouro na Localidade de Fernão Dias e Reabilitação do Troço de Estrada” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”, e por último, o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), que teve um incremento da dotação de 661 milhares de Dobras, correspondente a inscrição da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

No que concerne a alteração Adicional que apresenta um montante de 426.022 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MEES com cerca de 149.516 milhares de Dobras, referente a inscrição e aumento dos projectos “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5127 - Construção de Um Jardim de Infância”, “5607 - Construção de jardim de infância em Changra”, “5768 -

Construção do Liceu”, “6459 - Construção de Jardim de Infância em Santana”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; em seguida o MOPIRNA com 115.442 milhares de Dobras, relativo a inscrição e aumento dos projectos “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3444 - Muro de Vedação”, “5262 - Constr. EN3 (Deposito Velho) /Almeirim”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “6616 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”, “6896 - Remoções de Derrocadas”, “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”, “6899 - Desassoriamento Parcial do Rio D’Ouro na Localidade de Fernão Dias e Reabilitação do Troço de Estrada” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”; depois o EGE, com montante de 36.632 milhares de Dobras, devido a inscrição do projecto “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação” e “2524 - Exercícios Findos”; dando continuidade ao MJAPDH em que o crescimento conferido de 33.002 milhares de Dobras foi devido ao aumento da dotação do projecto “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional” e “6900 – Paz e Segurança nas Eleições”; posteriormente o GRP, com crescimento de 19.555 milhares de Dobras devido ao aumento da dotação do projecto “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”, e por fim, o MPFEA com valor de 16.999 milhares de Dobras, devido a inscrição do projecto “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas” e “2884 - Aquisição de Bens e Equipamentos para MPFEA”.

Para a alteração de Reforço, esta registou um valor nulo, apesar de ter sido registado reforço positivo nos órgãos como MEES (8.988 milhares de Dobras), MJAPDH (8.000 milhares de Dobras), CDLMB (527 milhares de Dobras), MPFEA (55 milhares de Dobras) e MJDE (39 milhares de Dobras), respectivamente. Também registou -se reforços negativos, nos organismos como o PR, GPM, PGR, MDOI, MNEC, MAPRED e EGE. É de realçar que o reforço negativo deve - se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

Conforme se observa na Tabela 20 abaixo, a alteração orçamental no âmbito da classificação funcional, apresenta uma diminuição da dotação em sete (7) funções como: Saúde (172 milhares de Dobras), Defesa Nacional (593 milhares de Dobras), Trabalho (22 milhares de Dobras), Transportes e Comunicações (15.459 milhares de Dobras), Segurança e Assistência Social (9.697 milhares de Dobras), Comércio e Serviços (1.848 milhares de Dobras) e Cultura e Desporto (24.002 milhares de Dobras), que correspondem respectivamente a menos 0,03%, 0,2%, 0,6%, 7,4%, 7,9%, 9,3% e 38,0% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 14,1%, que ascende a 65.644 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”; em seguida Ambiente com aumento da dotação de 11,1%, ascendendo a 14.681 milhares de

Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “6899 - Desassoramento Parcial do Rio D’Ouro na Localidade de Fernão Dias e Reabilitação do Troço de Estrada”; depois a função Educação que registou um aumento da sua dotação em 4,7%, que ascende a 692.661 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3833 - Reabilitação das Infraestruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5127 - Construção de um Jardim de Infância”, “5768 - Construção do Liceu”, “6459 - Construção de Jardim de Infância em Santana”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; posteriormente a função Serviços Públicos Gerais que registou um aumento da sua dotação em 3,8%, que ascende a 1.268.364 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autárquica e Regional”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo) e “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”.

No que toca a função Segurança Interna e Ordem Pública, observou-se aumento da dotação em 1,6% que ascende a 37.970 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “1001 - Despesa “6900 – Paz e Segurança nas Eleições”; em seguida a função Habitação e Serviços Comunitários que registou um aumento da sua dotação em 1,5%, que ascende a 92.345 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “3444 - Muro de Vedação”, “6054 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA)” e “6897 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA)”; depois a função Agricultura e Pesca com aumento da dotação de 0,3%, ascendendo a 206.128 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, e por último, a função Encargos Financeiros com aumento da dotação de 0,3%, ascendendo a 355.306 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública” e “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”.

Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional
(em milhares de Dobras)

Função	Dotação Inicial	Dotação Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Dotação Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1.222.330	116.657	6.333	76.956	46.034	1.268.364	3,8	32,4
Defesa Nacional	286.957	0	-593	0	-593	286.364	-0,2	7,3
Segurança Interna e Ordem Pública	37.375	3.002	595	3.002	595	37.970	1,6	1,0
Educação	661.409	149.516	8.769	127.033	31.252	692.661	4,7	17,7
Saúde	498.238	7.998	-172	7.998	-172	498.067	-0,03	12,7
Segurança e Assistência Social	122.285	3.263	-9.697	3.263	-9.697	112.588	-7,9	2,9
Habituação e Serviços Comunitários	90.996	3.500	0	2.151	1.349	92.345	1,5	2,4
Cultura e Desporto	63.239	10.024	-113	33.914	-24.002	39.236	-38,0	1,0
Combustíveis e Energia	57.528	19.555	2.713	14.152	8.117	65.644	14,1	1,7
Agricultura e Pesca	205.468	899	0	238	661	206.128	0,3	5,3
Transportes e Comunicações	209.230	91.699	-8.841	98.317	-15.459	193.771	-7,4	5,0
Comércio e Serviços	19.809	1.963	500	4.311	-1.848	17.961	-9,3	0,5
Trabalho	3.328	0	-22	0	-22	3.306	-0,6	0,1
Ambiente	13.213	1.468	0	0	1.468	14.681	11,1	0,4
Outros Serviços Económicos	25.500	0	0	0	0	25.500	0,0	0,7
Encargos Financeiros	354.079	16.480	527	15.780	1.227	355.306	0,3	9,1
Total Geral	3.870.985	426.022	0	387.113	38.909	3.909.894	1,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional para esta classificação, estas foram expressivas em seis (6) funções a mencionar:

“**Educação**” que registou aumento na ordem de 149.516 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das acções “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5127 - Construção de um Jardim de Infância”, “5607 - Construção de Jardim de Infância em Changra”, “5768 - Construção do Liceu”, “6459 - Construção de Jardim de Infância em Santana”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”;

Em seguida “**Serviços Públicos Gerais**” no valor de 116.657 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2524 - Exercícios Findos”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “2884 - Aquisição de Bens e Equipamentos para MPF”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autárquica e Regional”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6800 - Apoio Institucional”, “6861 - Aquisição de (1) Gerador e Construção da Casa para Gerador” e “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”;

Depois a função **“Transportes e Comunicações”** com um montante de 91.699 milhares de Dobras, devido sobretudo ao aumento das acções “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “5262 - Constr. EN3 (Deposito Velho) /Almerim”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “6616 – Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”, “6896 - Remoções de Derrocadas” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas“. Enquanto, que na função **“Combustíveis e Energia”**, o montante foi de 19.555 milhares de Dobras, evidenciado pelo aumento do projecto “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”;

Seguido da função **“Encargos Financeiros”** com aumento na ordem de 16.480 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das acções “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá” e “5647 - Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá”, e por fim, a função **“Cultura e Desporto”** com um montante de 10.024 milhares de Dobras, devido sobretudo ao aumento das acções “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “5060 - Transferência para Federações e Clubes”, “6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo”, “6637 - Requalificação do Arquivo Histórico”, “6689 - Construção de Pavilhão de Treinamento p/ Federação de Karaté e Taekondo” e “6888 - Construção/Reabilitação dos Centros de Interação Jovem e Apetrechamentos”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

Em termos das Alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que na Tabela 21, é apresentada um universo de nove (9) localizações, das quais seis (6) traduziram num aumento de dotação inicial durante o período em causa, sendo a localização Caué em 52,7%, o correspondente a mais 127.366 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição das acções “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; Lobata com uma taxa de 29,4% (71.355 milhares de Dobras), devido o aumento de dotação que ocorreu nos projectos “5768 - Construção do Liceu”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos” e “6899 - Desassoramento Parcial do Rio D´Ouro na Localidade de Fernão Dias e Reabilitação do Troço de Estrada”; Príncipe com 4,3%, o correspondente a mais 134.913 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição do projecto “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”; Lembá com uma taxa de 2,9% o equivalente ao montante de 18.970 milhares de Dobras, devido o aumento de dotação que ocorreu na actividade “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”; Mé - Zochi com uma taxa de 1,9% (96.704 milhares de Dobras), devido o aumento de dotação que ocorreu nos projectos “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “5127 - Construção de um Jardim de Infância”, “5262 - Constr. EN3 (Deposito Velho) /Almeirim” e “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”.

Por último, temos a localização Nacional que registou um aumento de 1,3%, o correspondente a mais 3.212.941 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2312 - Subsídio para

Comemoração de 12 de Julho”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, 6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5060 - Transferência para Federações e Clubes”, “6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo”, “6054 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA)”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autárquica e Regional”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”, “6689 - Construção de Pavilhão de Treinamento p/ Federação de Karaté e Taekondo”, “6896 - Remoções de Derrocadas”, “6897 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA)”, “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”, “6900 – Paz e Segurança nas Eleições” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”.

Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica
(em milhares de Dobras)

Local	Dotação Inicial	Dotação Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Dotação Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	3.172.544	233.908	-21.306	172.206	40.396	3.212.941	1,3	82,2
São Tomé	121.940	15.816	-21.567	8.951	-14.701	107.238	-12,1	2,7
Príncipe	129.401	19.555	-172	13.872	5.512	134.913	4,3	3,5
Água Grande	136.717	8.888	-31.578	12.342	-35.032	101.685	-25,6	2,6
Mé-Zochi	94.898	21.119	4.767	24.081	1.806	96.704	1,9	2,5
Cantagalo	58.525	12.150	-1.587	30.367	-19.804	38.722	-33,8	1,0
Lembá	18.443	3.721	527	3.721	527	18.970	2,9	0,5
Lobata	55.129	27.383	2.647	13.804	16.226	71.355	29,4	1,8
Caué	83.387	83.479	68.268	107.768	43.979	127.366	52,7	3,3
Total Geral	3.870.985	426.022	0	387.113	38.909	3.909.894	1,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Direccionando para outra análise, vale ressaltar que na tabela acima, nota – se que três (3) localizações registaram diminuição, sendo elas a localização S.Tomé em respectivamente 12,1% nos projectos “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5497 - Serviços de Desinfestação e Desratização do HAM”, “6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé”, “6492 - Informatização do Ministério Público”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo)”, “6778 - Obras de Reabilitação do Edifício do MAPRED”, “6803 - Requalificação de Pontos Turísticos” e “6895 - Estudo para construção do Edifício do Instituto Nacional de Administração Pública”; em Água - Grande, a redução de 25,6% da dotação foi respectivamente nos projectos “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-

Rei/Boa Morte”, “5986 - Execução de Drenagem e Reabilitação do Pavimento na Rua Padre”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6295 - EN2 Água Bobô (Jaquendê)/ S. Marçal”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6304 - Reabilitação de Estrada Lucumi/Riboque (5às5)”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6559 - Obra de Requalificação de Ginásio ao ar livre” e “6637 - Requalificação do Arquivo Histórico”, e por fim, a localização Cantagalo, onde a diminuição efectuada (33,8%), foi na dotação dos projectos “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3961 - Estrada - Zandrigo / Quimpo (1,5 Km)”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo” e “6812 - Construção de Estrada Água Izé/Claudino Faro”.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

Nesta secção são analisados os dados das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através da Tabela 22, onde observa-se que as mesmas resultaram numa diminuição de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 0,3%, face ao inicialmente aprovado, como resultado da diminuição efectuada na componente Empréstimo em 14,8%. Já na componente Donativos verificou – se um aumento de 1,6%. Quanto as despesas financiadas com recursos internos, estas apresentaram incremento na alteração da sua dotação, elevando esse financiamento em 1,7%, como efeito do acréscimo verificado nos recursos consignados – locais com uma taxa de 16,7% e ROT com 1,2% da dotação, apesar de recurso vindo da iniciativa HIPC sofrer redução da dotação em 2,7%.

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno, estão relacionadas, com o aumento verificado na componente ROT no valor de 33.127 milhares de Dobras, referente a dotação adicional e reforços realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação das seguintes actividades como é o caso de “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1053 - Capacitação do Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. E para a componente Recursos Consignados - Locais o aumento da dotação de 16.717 milhares de Dobras foi verificado na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Dotação Inicial	Dotação Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Dotação Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	2.461.985	49.844	0	7.335	42.509	2.504.494	1,7	64,1
Recursos Ordinários do Tesouro	2.324.615	33.127	0	6.335	26.792	2.351.407	1,2	60,1
Recursos Consignados - Locais	99.883	16.717	0	0	16.717	116.600	16,7	3,0
HIPC	37.487	0	0	1.000	-1.000	36.487	-2,7	0,9
Financiamento Externo	1.409.000	376.177	0	379.777	-3.600	1.405.400	-0,3	35,9
Financiamento externo - Doações	1.252.000	369.089	0	349.509	19.581	1.271.581	1,6	32,5
Financiamento Externo - Empréstimo	157.000	7.088	0	30.269	-23.181	133.819	-14,8	3,4
Total Geral	3.870.985	426.022	0	387.113	38.909	3.909.894	1,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Quanto a alteração ocorrida na fonte de Financiamento externo, apesar de se observar diminuição da dotação, verificou – se que a componente Donativos teve incremento da dotação realizada sobretudo pela inscrição ou aumento de dotação dos projectos “2100 - Requalificação de todos edifícios Públicos e Privados em Estado de Degradação na Cidade Capital”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2524 - Exercícios Findos”, “2857 - Programa de Reorganização Diplomática”, “3062 - Reabilitação do edifício para Hotel Escola”, “3301 - Instalação da rede de baixa tensão em zonas rurais”, “3444 - Muro de Vedação”, “3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares”, “3766 - Construção de Campo de Futebol de Trindade”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “4956 - Financiamento da Cantina Escolar”, “5060 - Transferência para Federações e Clubes”, “5127 - Construção de Um Jardim de Infância”, “5262 - Constr. EN3 (Deposito Velho) / Almeirim”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5768 - Construção do Liceu”, “5980 - Reabilitação de Estrada em Betão Betuminoso Ribeira Peixe/Porto Alegre”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional”, “6459 - Construção de Jardim de Infância em Santana”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde(Construção de 8 salas de aulas)”, “6533 - Construção de Liceu em Angolares”, “6584 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores (Ano Económico Findo) ”, “6616 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”, “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”, “6638 - Requalificação do Museu Nacional”, “6689 - Construção de Pavilhão de Treinamento p/ Federação de Karaté e Taekondo”, “6896 - Remoções de Derrocadas”, “6897 - Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Água (INA) ”, “6898 - Aquisição de uma Prensa de Compressão e Reflexão”, “6899 - Desassorimento Parcial do Rio D’Ouro na Localidade de Fernão Dias e Reabilitação do Troço de Estrada”, “6900 – Paz e Segurança nas Eleições” e “6901 - Reabilitação/Construção dos Danos Causados pelas Enxurradas”.

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

Neste item, a Tabela 23 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas, onde observa-se que as mesmas ocorreram em quatro (4) tipologias (Actividades, Projectos, Operações Especiais e nas Consignadas), resultando no aumento da dotação inicial das actividades e consignadas em 1,3% e 18,7%,

ou seja, cerca de 26.441 milhares de Dobras e 17.357 milhares de Dobras, e diminuição dos Projectos e Operações Especiais em 0,3% e 0,1%.

Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas
(em milhares de Dobras)

Tipo	Dotação Inicial	Dotação Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Dotação Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	2.090.085	32.087	289	5.935	26.441	2.116.526	1,3	54,1
Operações Especiais	203.833	0	-289	0	-289	203.544	-0,1	5,2
Projectos	1.484.351	376.177	0	380.777	-4.600	1.479.751	-0,3	37,8
Consignadas	92.716	17.757	0	400	17.357	110.073	18,7	2,8
Total Geral	3.870.985	426.022	0	387.113	38.909	3.909.894	1,0	100,0

Fonte: DCP-MFCEA

De forma complementar, os aumentos da dotação destas tipologias apresentadas acima mencionadas estão relacionados ao aumento do valor da dotação das seguintes actividades e projectos:

- No item Actividades, temos o aumento nas seguintes acções "1001 - Despesa Com Pessoal", "1053 - Capacitação do Pessoal", "1054 - Meio de Apoio ao Ensino", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá", "2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia" e "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação";
- As Consignadas, onde o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas".

Relativamente a alteração no contexto Cativação, foi registado ocorrência na tipologia de despesa actividades, projectos e consignadas, o que resultou na retenção de uma parte de verba orçamentada em alguns projectos no valor de 5.935 milhares de Dobras, 380.777 milhares de Dobras e 400 milhares de Dobras, valor este que pode ou não ser reutilizado.



Ano Fiscal de 2022

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
financas.gov.st